

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICA

(In)Formação para Mulheres Rurais e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso
na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Alberto Baptista¹
Timothy Koehnen²
José Portela³
Olinda Castro⁴

1. Introdução

A formação profissional tem constituído um dos principais investimentos estratégicos após a nossa adesão à UE. As acções correspondentes têm privilegiado a meta da inserção de jovens no mercado de trabalho e a reconversão profissional de trabalhadores em sectores da economia em declínio.

De fora destas acções de formação tem ficado um grupo muito numeroso de mulheres do meio rural. Grosso modo, poderíamos caracterizá-las como mulheres que não são jovens, nem idosas, e não estão desempregadas; têm uma vida "estabilizada" e estão fixadas ao local onde residem, embora sem um estatuto profissional definido. Em resumo, conjugam os papéis de esposas, mães, domésticas e agricultoras. Com este estatuto múltiplo têm dificuldades em enquadrar-se nas medidas que visam exclusivamente a formação profissional e o emprego. A experiência mostra à sociedade que este tipo de mulheres não tem condições para se ausentar da aldeia a fim de frequentar e/ou permanecer em centros de formação profissional.

No sentido de dar resposta às necessidades (in)formativas destas mulheres, a Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) iniciou em 1990 um curso a que chamou "Acção de Formação/Informação para Mulheres Agricultoras" e que

1 Investigador Auxiliar, Departamento de Economia e Sociologia da UTAD
2 Professor Associado, Departamento de Economia e Sociologia da UTAD
3 Professor Catedrático, Departamento de Economia e Sociologia da UTAD
4 Assessora da DRABL, Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural

apresenta os seguintes objectivos⁵: a) fomentar actividades alternativas e complementares ao rendimento agrícola; b) promover e dignificar o trabalho da mulher rural, especialmente o trabalho agrícola; c) valorizar o papel das mulheres na sua tripla função: familiar/ social/profissional.

A justificação desta acção para mulheres rurais prende-se, de acordo com a coordenadora da acção⁶, com a desfavorável condição feminina, a situação difícil e complexa da mulher no meio rural, o elevado peso das mulheres na agricultura e a elevada importância do seu trabalho nas explorações agrícolas⁷.

Esta comunicação é um produto preliminar de um trabalho mais vasto de avaliação⁸ da "Acção de Formação Informação para Mulheres Rurais" e tem três objectivos: apresentar este caso relativamente inovador; analisar e avaliar alguns dos resultados alcançados, privilegiando-se aqui a visão das formandas sobre a acção em que se envolveram; e, por último, apresentar algumas sugestões para melhoria da acção.

O termo "formação" será aqui entendido de forma genérica, como toda a acção que visa o desenvolvimento das atitudes e competências que levam a mudanças de comportamento.

Um processo de programação de actividades formativas pode ser dividido em três fases principais (Wentling, 1993: 37; e RAAB *et al*, 1992:12; CRISTÓVÃO, *et al*, 1992; BOYLE, 1981): 1) planeamento; 2) implementação; e 3) avaliação. A primeira fase visa identificar as necessidades de formação, especificar os objectivos, definir conteúdos, seleccionar e desenvolver os métodos e auxiliares pedagógicos e identificar os recursos necessários. Nesta fase a preocupação em responder às necessidades formativas das formandas é, como veremos, um aspecto essencial do

5 AMAP. Mulheres, Informação e Desenvolvimento Rural. Projecto de candidatura ao LEADER II, Medida B2 onde se inclui a acção 1 - Encorajar, relativa à formação e informação para mulheres rurais. p. 18.

6 Olinda CASTRO. Encontro das Mulheres Agricultoras do Baixo Vouga: Conclusões. Aveiro, DRABL, 1994 (Documento interno de trabalho).

Olinda CASTRO. Acções de formação informação para mulheres agricultoras: uma experiência do Baixo Vouga. Aveiro, DRABL. Comunicação apresentada no Seminário "Educação Não Formal e Formação Contínua da Mulher Agricultora". Aveiro, 29 Novembro de 1996.

7 De acordo com dados da Eurostat para os 15 países da UE, Portugal é o país onde as mulheres mais contribuem (47%) para a força laboral permanente no sector agrário. Na UE 15 a média era de 37%.

8 O trabalho de avaliação desta acção está a ser realizado pelos autores membros do DES da UTAD, prevendo-se a sua conclusão em Outubro de 2001.

êxito da acção. A segunda fase é a da execução do programa, procurando-se concretizar os objectivos inicialmente fixados para a acção, a partir dos recursos afectados. A terceira fase é a da avaliação, onde se enquadra esta comunicação, e que procura responder à seguinte questão: a acção teve ou não sucesso? A avaliação, em sentido lato, pode ser definida como um processo que visa determinar tão objectivamente quanto possível a pertinência, a eficácia e o impacto da acção relativamente aos objectivos inicialmente fixados (RAAB *et al*, 1992: 100).

Do ponto de vista teórico Boyle (1981: 7) identifica e caracteriza três tipos principais de programas: Desenvolvimento; Institucional; Informação.

Os programas de Desenvolvimento tem como grande objectivo identificar e resolver os problemas dos indivíduos, grupos e comunidades. O conhecimento a transmitir durante a acção visa a resolução do(s) problema(s) identificado(s).

Os programas Institucionais tem como grande objectivo melhorar os conhecimentos, capacidades e atitudes de um conjunto de indivíduos. O objectivo é ensinar o conteúdo de determinada disciplina ou de partes de várias disciplinas. Um exemplo deste tipo de programas são os programas de educação de adultos.

Os programas de Informação visam sobretudo fornecer, transmitir informação ao público-alvo. Uma das preocupações é encontrar resposta para as perguntas dos destinatários.

Ora, a acção que estamos a analisar não se enquadra directamente em nenhum destes três tipos de programas, trata-se antes de um "programa misto" para o qual contribuem em maior grau o primeiro e terceiro tipo de programas, ainda que haja também elementos do segundo.

A recolha de informação baseou-se nos seguintes passos: pesquisa bibliográfica sobre formação; análise de documentação relativa à acção; questionário preenchido por 253 formandas em 2001; e entrevistas individuais a 60 formandas⁹ e 9 técnicos.

Após esta breve introdução, passamos a descrever a organização e funcionamento da acção. A retrospectiva do trabalho realizado ao longo dos 11 anos de aplicação da acção constitui o terceiro ponto. Seguidamente apresentamos a visão das formandas de 2000/01 sobre o respectivo curso. No ponto quinto apresentam-se explicações para o sucesso da acção. Por fim, tecem-se algumas considerações e sugestões finais.

⁹ As entrevistas às formandas foram na sua quase totalidade realizadas pelas colaboradoras deste estudo Sónia Abreu e Ana Teixeira.

2. Organização e funcionamento

A organização é da responsabilidade da DRABL e a execução é realizada por técnicas formadas em extensão familiar e agrícola

A execução do programa é da responsabilidade da DRABL e, em particular, da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural (DSDR). A organização executiva tem a seguinte composição: uma coordenadora geral (técnica superior) responsável pela programação e execução do curso, apoiada por 4 coordenadoras locais [2 no Agrupamento de Zonas Agrárias Dão/Lafões (AZADL); 1 no AZA do Pinhal e Beira Serra (AZAPBS); 1 no AZA do Litoral (AZAL)] responsáveis pela constituição e acompanhamento dos grupos de formandas. No caso do AZA do Baixo Vouga (AZABV) a coordenadora geral assume também a função de coordenadora local, e conta com a colaboração de 4 técnicas com o duplo papel de acompanhamento dos grupos e de formadoras na área do artesanato e pequenas indústrias caseiras (PIC). Para além das técnicas referidas procura-se associar à acção os técnicos agrícolas das Zonas Agrárias (ZA) concelhias que têm, em vários casos, um papel importante na constituição dos grupos e na resolução de problemas operacionais para o seu funcionamento.

Nas duas primeiras reuniões com as mulheres inscritas para o curso define-se a programação. Depois de definida a programação para todos os grupos, solicita-se às diversas divisões da DRABL formadores para a maior parte dos temas. Recorre-se ainda a um número apreciável de colaboradores pertencentes a outros organismos (em 2001 asseguraram 30% das sessões), designadamente: Centros de Saúde, Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Câmaras Municipais (CM), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O modelo de funcionamento inicialmente adoptado não sofreu alterações substanciais ao longo dos 11 anos de funcionamento. As acções decorrem uma tarde por semana (2 a 3 horas), entre os meses de Outubro a Abril, na aldeia onde residem as formandas, num espaço cedido por um organismo local (CM, Junta de Freguesia, Cooperativa, IPSS, etc).

Estas acções de formação/informação, entre 1990 e 1998, estavam circunscritas ao AZABV. Depois de 1999, com o apoio do programa LEADER e a parceria estabelecida entre a DRABL e a Associação das Mulheres Agricultoras de Portugal (AMAP), as acções estenderam-se aos outros 3 AZA da DRABL.

Aquando da concepção da acção, uma das questões pertinentes foi saber que assuntos mobilizariam a participação das mulheres. Avançou-se então com uma programação relativamente inovadora procurando formar/informar as mulheres sobre temas tão diversos como os relacionados com a casa, a família e a sociedade; actividades artesanais e actividade agrária. Como veremos mais abaixo, os temas abordados são numerosos e abrangem diversas áreas.

As formandas têm acima de 40 anos, casadas, com filhos e trabalham na agricultura

Entre 1990 e 1998 estas acções destinavam-se a "mulheres que estivessem directamente ligadas a uma exploração agrícola (gestoras) e a filhas de agricultores" na faixa etária dos 18-50 anos (O. Castro 1996:10).

Depois de 1999, com o apoio do programa LEADER as destinatárias passaram a ser o conjunto das mulheres rurais, mantendo-se formalmente a mesma faixa etária. Contudo, como veremos mais abaixo esta alteração não inverteu a dominância, entre as formandas, das mulheres ligadas á actividade agrícola. Dada a importância do perfil destas mulheres para a compreensão dos resultados alcançados vejamos, mesmo só em traços gerais, o perfil das formandas de 2000/2001.

A idade destas mulheres é relativamente elevada: acima dos 40 anos temos 61% das formandas em 1999/00 e 70% em 2000/01.

Comparativamente aos primeiros anos de funcionamento desta acção, a idade média das formandas tem vindo a aumentar, o que se explicará, em larga medida, pelo elevado peso destes estratos etários no meio rural. A grande maioria destas mulheres são casadas (80%) e com filhos. Quanto ao nível de escolaridade, 42% das formandas tem a 4ª classe e 22% tem até à 3ª classe (Fig. 1). Estes valores não diferem muito da escolaridade das mulheres na Região Centro.

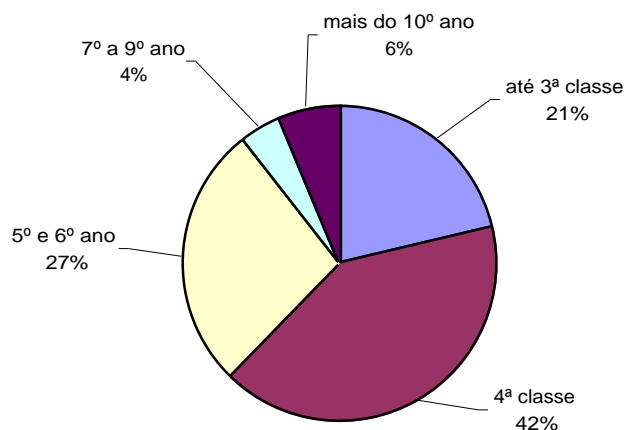


Fig. 1. Escolaridade das formandas em 2000/01

Quanto às actividades das formandas neste último ano temos duas situações:

- 80% das mulheres dedicam-se, em maior ou menor grau, à actividade agrícola na exploração a par das actividades domésticas e familiares;
- as restantes 20% realizam actividades desligadas da agricultura, sendo mais de metade delas domésticas.

Em síntese a promoção do curso é da responsabilidade da DRABL, a organização é da DGDR e a execução local é realizada por técnicas formadas em extensão familiar e agrícola. O curso decorre na aldeia, uma tarde por semana, durante o Inverno. Os temas são variados e abordam a casa, família e agricultura e destinam-se a mulheres acima de 40 anos, casadas, com filhos a trabalhar na agricultura.

3. O trabalho realizado entre 1990 e 2001

Vejamos o trabalho realizado ao longo de 11 anos de funcionamento da acção ao nível do: 1) número de grupos; 2) número de formandas; 3) número de sessões; e 4) temas do curso.

Entre 1990 a 2001 o número de grupos em funcionamento por ano é bastante variável, embora a tendência geral seja a da sua expansão (Fig. 2). Com efeito, estas acções iniciaram-se em 1990 com a constituição de três grupos e entre 1991 e 1998 o

número de grupos variou entre os 6 e os 11. As acções até 1997 concentraram-se no Baixo Vouga. Em 1998 devido a problemas internos da DRABL (mudança de Director Regional, esperava-se aprovação de candidatura LEADER), só se realizou a acção junto de dois grupos. Nos dois últimos anos, com o apoio do LEADER, o número de grupos aumentou, respectivamente, para 21 em 1999/2000 e 16 em 2000/2001.

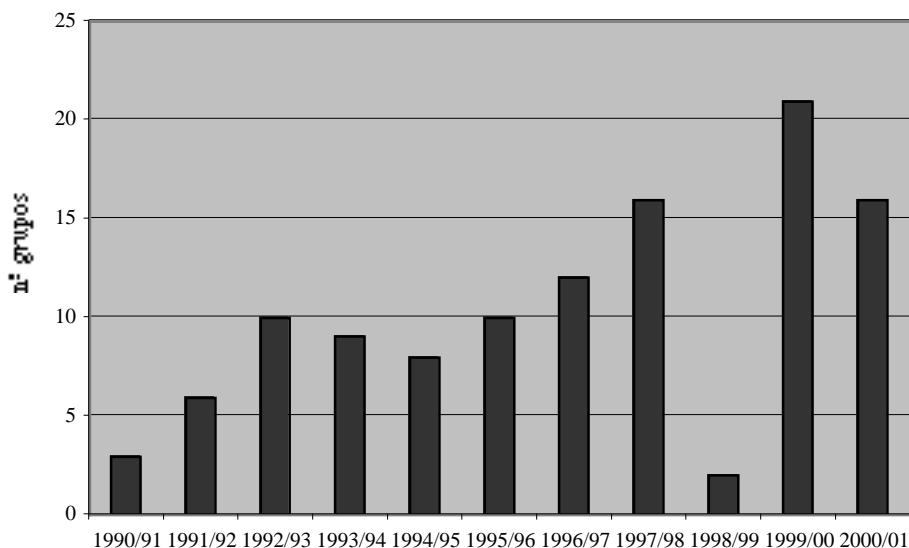


Fig. 2. **Evolução do número de grupos entre 1990-2001**

Para os 11 anos de funcionamento da formação sob apreço a soma do total de formandas inscritas em cada ano ascende a cerca de 2000. Em média há 18 mulheres inscritas por grupo.

O total de sessões no mesmo período eleva-se a cerca de 1700, com um número médio de 15 sessões por grupo e uma média de 40 horas por grupo (Fig. 3). Em 1997, devido aos atrasos no início do curso, o número de sessões foi encurtado para 8. Nos dois últimos anos o número médio de horas por grupo ascendeu a 51 horas.

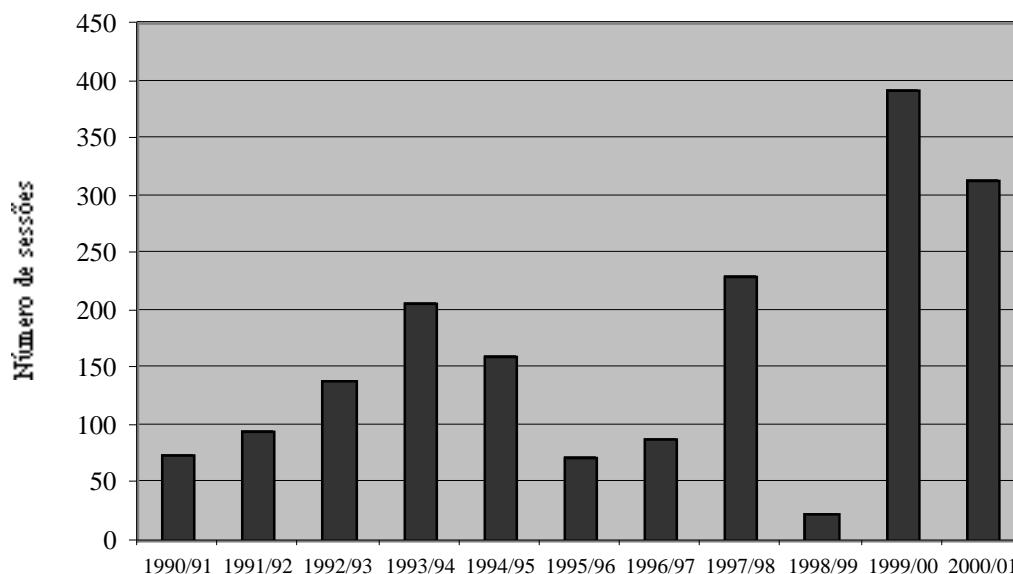


Fig. 3. Total de sessões entre 1990-2001

A escolha dos assuntos que interessam às mulheres rurais tem sido uma das preocupações constantes desta acção. Ao longo do período em análise contabilizam-se 100 temas diferentes, os quais podem ser agrupados em três grandes áreas temáticas (Fig. 4):

- 1) A primeira área inclui sobretudo os conteúdos ligados ao artesanato e às pequenas indústrias caseiras, e visam sobretudo criar alternativas de rendimento para as formandas;
- 2) A segunda agrupa os tópicos relativos à casa, à família e à sociedade, privilegiando-se aqui os assuntos que visam a valorização individual (aumentar a autoestima), e a aquisição de competências e saberes sobre família e gestão da casa.
- 3) A terceira engloba os domínios ligados à agricultura e ao DR, incluem-se temas variados, desde a informação sobre apoios comunitários a outros mais directamente ligados às técnicas agrárias e ao meio ambiente;

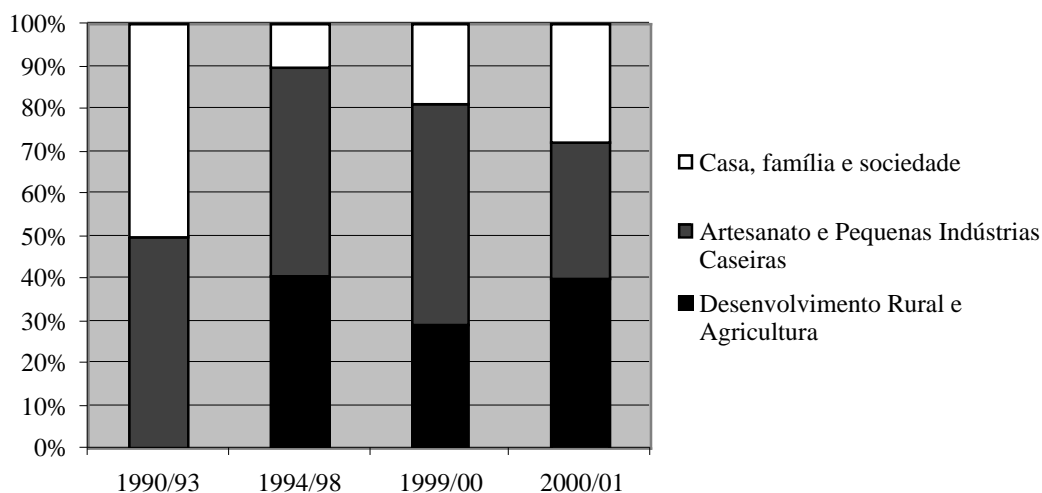


Fig. 4. Evolução dos temas entre 1990-2001

Vejamos como evoluíram estas três grandes áreas temáticas. Entre 1990 e 1993, os temas abordados repartiram-se de forma idêntica apenas por duas áreas: o artesanato e PIC (50%) e os tópicos relacionados com a casa, família e sociedade (50%). No segundo período, 1993/94 até 1997/98, o peso dos assuntos relacionados com o artesanato e PIC mantém-se. A alteração maior verifica-se na redução significativa dos temas relacionados com a casa, família e sociedade, e no crescimento dos domínios ligados à actividade agrária. Nos anos de 1999/00 e 2000/01, assiste-se ao aumento do número de grupos e de temas, respectivamente, 21 grupos e 50 temas e 16 grupos e 59 temas. Nestes dois anos houve mudanças apreciáveis: as sessões ligadas ao artesanato e PIC desceram de 52% para 32%; as relacionadas com o sector agrário tiveram um aumento significativo, passando de 29% a 40%, do primeiro para o segundo ano. Isto é, em 2000/01 houve uma clara reorientação para as questões relacionadas com o desenvolvimento agrário e rural. Por último, em igual período, as sessões sobre a "casa, família e sociedade" sobem de 19% para 28%.

A forma agregada como acabamos de apresentar a informação para estes dois últimos anos encobre uma grande variação existente ao nível dos AZA. Vejamos, por exemplo, o que se passa em 2000/01 (Fig. 5).

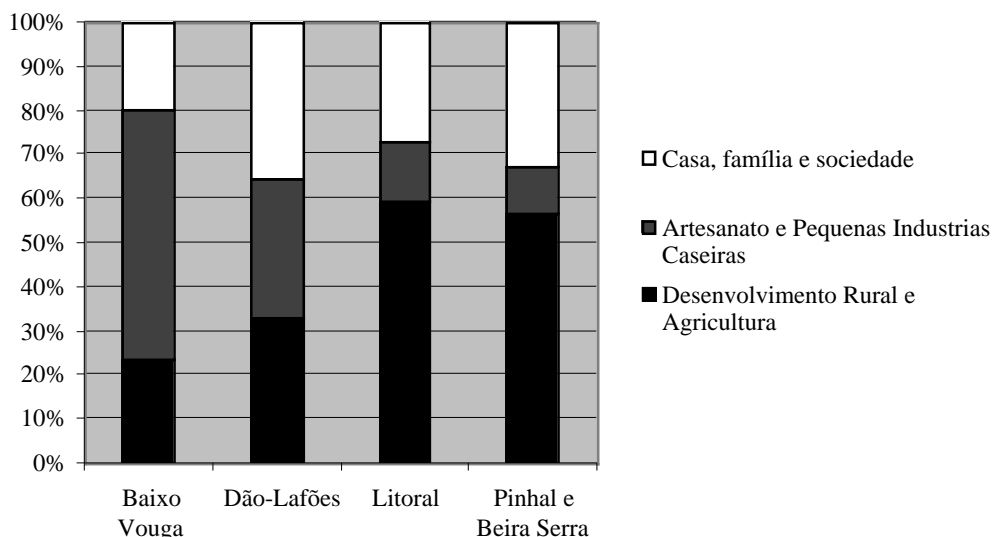


Fig. 5. Temas em 2000/01 segundo os Agrupamentos de Zonas Agrárias

No Baixo Vouga os temas relacionados com o artesanato e PIC são dominantes (56%). No AZA de Dão e Dafões há um certo equilíbrio entre as três grandes áreas temáticas. Por contraste, no AZA do Litoral e no AZA do Pinhal e Beira Serra é notória a predominância dos assuntos relacionados com o DR e a Agricultura (60% e 57%) e uma muito baixa representação dos temas ligados ao artesanato e PIC (13% e 11%).

As diferenças apreciáveis entre os AZA devem-se, em grande medida, aos diferentes contextos sócio-económicos, aos interesses das formandas e às orientações imprimidas pelas coordenadoras locais.

O sucesso de qualquer acção de formação mede-se, em larga medida, pelos resultados alcançados junto das destinatárias. Vejamos então o que elas pensam sobre esta acção, tendo por base a informação recolhida em 2001 por meio de entrevistas e questionário.

4. A opinião das formandas sobre a acção

As formandas de 2000/01 fazem, na sua larga maioria (87%), uma apreciação muito positiva desta acção. Mais de 3/4 das mulheres viram satisfeitas as expectativas iniciais, embora algumas delas lamentem o facto da duração do curso ser escasso

para se apresentar um leque tão vasto de assuntos. Algumas frisam que certos tópicos precisavam de ser aprofundados.

Os resultados positivos desta acção devem-se a várias razões. Quando questionadas as formandas sobre os três aspectos do curso mais do seu agrado estas responderam o seguinte: em primeiro, o bom desempenho da coordenadora local (72%); em segundo, o interesse dos assuntos tratados (38%); e em terceiro a competência da generalidade dos formadores (27%).

As principais motivações apontadas pelas formandas para frequentarem o curso são: desejar aprender (46%) e desejar conviver (39%). A maioria delas (66%) reconhece também que aquilo que aprenderam é em grande parte útil para o seu trabalho na casa, família e exploração. As mulheres reconhecem não ter tempo nem oportunidade para este tipo de convivência e aprendizagem fora do contexto do curso. As motivações referidas são expressas pelas formandas nos seguintes termos:

"Porque a gente sempre aprende mais...sei lá, fica mais mulher"

"Aprender mais, sair da monotonia e curiosidade. Nós como trabalhamos com a terra sentimos necessidade de falar com outras pessoas que nos compreendam e que saibam"

Em relação aos três temas mais do agrado das formandas, os resultados são os seguintes: em primeiro lugar, os tópicos ligados com o artesanato e indústrias caseiras (50% das preferências); em segundo lugar, os temas ligados com a casa e a família (37% das preferências); e em terceiro lugar, os assuntos ligados com a agricultura (42% das preferências). Pode-se dizer que há uma elevada procura por sessões ligadas ao artesanato e PIC. Isto não significa, contudo, que muitas delas não apreciem os assuntos introduzidos pelas coordenadoras, como, por exemplo, os relativos ao ambiente, saúde e alimentação que tiveram grande aceitação junto das mulheres rurais.

Para muitas mulheres houve também a aquisição de novas capacidades e habilidades e uma maior sensibilização para os problemas da poluição do solo e da água resultantes da actividade agrícola.

"Até estou mais à vontade para falar com pessoas formadas...a gente não somos formadas, mas agora fala à vontade com elas"

"Com estas formações adquirimos novos comportamentos, em relação ao solo, água e ambiente"

Sobre as coordenadoras as opiniões das formandas são bastante elogiosas e amistosas. Segundo 73% das formandas o facto do curso ter decorrido bem deve-se ao bom desempenho das coordenadoras locais. Dizia, assim, uma formanda:

"A gente vê que elas são tão nossas amigas que até com prazer a gente vem para ao pé delas"

Em relação aos formadores, as opiniões são, em geral, muito favoráveis. As exceções contam-se pelos dedos. Como referimos atrás, o facto destas terem gostado dos temas deve-se em grande medida aos formadores. Na voz de duas mulheres:

"Os formadores eram duma simplicidade extraordinária... muito acessíveis, vêm muito bem preparadas para o meio em que estamos"

"Explicavam de uma maneira que tanto entendia quem sabia ler muito como quem sabia ler pouco "

São também referidas algumas consequências positivas do curso ao nível individual:

"Aprendi aqui que devo perder mais um bocadinho de tempo com os filhos"

"Isto cria uma certa dinâmica que é importante para gente da minha idade" (mais de 50 anos)

Sobre o futuro, a larga maioria das formandas (97%) pensa que se deve continuar a acção, ideia bem traduzida por uma delas:

"Porque nós aprendemos e é muito bom...depois juntamo-nos e a camaradagem é muito boa"

Relativamente às mudanças para melhorar o curso, as formandas dizem o seguinte: cerca de 35% pensa que são necessárias mais aulas práticas e mais visitas de estudo; 20% considera que são necessárias melhorias ao nível do funcionamento (melhores instalações, grupos mais pequenos, fundo de maneio para aquisição de materiais); 19% são de opinião que é necessário mais tempo para aprofundar alguns assuntos.

Em síntese, podemos dizer que do ponto de vista das formandas este curso foi um sucesso. Importa entender porquê.

5 - As explicações para o sucesso da acção

As razões que, no nosso entender, explicam o relativo sucesso da acção distribuem-se por três níveis: organização e funcionamento do curso, mais a criteriosa selecção dos temas a tratar.

O local, as horas e o período de funcionamento têm sido adequado ao perfil das formandas e aos diversos condicionalismos com que estas se debatem. O facto do curso ser no local de residência, uma tarde por semana, ajusta-se às dificuldades de deslocação destas formandas para longe de casa, isto porque têm de cuidar de crianças e idosos e de trabalhar ainda na exploração. Os meses de Outubro a Abril correspondem ao período do ano em que há menos labor na exploração e são, por isso, os mais indicados para o funcionamento do curso.

Ainda sobre os aspectos organizativos e de funcionamento é de destacar que este curso conta desde o início com a persistência e o empenho da coordenadora da acção e ainda com a colaboração motivada de várias técnicas de um antigo curso chamado "Agentes de Educação Familiar". Estas técnicas trabalharam até 1974 em extensão familiar e agrícola, com grupos de mulheres e agricultores, designadamente nas "campanhas do milho e do leite". Depois de 1974 foram remetidas para afazeres de secretaria, até serem convidadas a trabalhar nesta acção a partir de 1990. O sucesso da acção deve-se, sem dúvida, em grande medida ao trabalho de animação destas "agentes educativas" a que se juntaram recentemente técnicas agrícolas com experiência na extensão rural.

Relativamente aos formadores, tem havido uma certa preocupação em convidar muitos dos que tiveram experiência de extensão rural. O apoio do programa LEADER (com o estabelecimento de metas a alcançar, meios para deslocação, pagamento de ajudas de custo aos formadores) foi essencial para a melhoria do funcionamento e organização da acção, como reconhecem as coordenadoras locais.

Quanto aos temas, diremos que a preocupação em abordar as três grandes áreas temáticas já referidas (casa/família/sociedade; artesanato e PIC; e agricultura e DR) responde às necessidades de formação da população-alvo. Com efeito, como já referimos, as formandas realizam múltiplas actividades, na casa, junto da família e na exploração, as quais são indissociáveis.

A participação das mulheres na definição da programação inicial é um aspecto muito positivo, a evidenciar. Ao longo da acção verificou-se outro aspecto a salientar:

a flexibilidade no ajustamento da programação. Num curso em que as formandas não são remuneradas, é indispensável que os assuntos lhes interessem. Por outro lado, a experiência revela que o entusiasmo do grupo é função de um certo equilíbrio entre os assuntos mais "expositivos" e os mais "práticos", nomeadamente os temas ligados ao artesanato e PIC.

Ressaltemos que esta acção é um bom caso de como se podem atingir bons resultados a baixo custo. Nem as formandas nem os formadores são remunerados. O segredo está na utilização dos recursos humanos disponíveis no Ministério da Agricultura e no estabelecimento de parcerias com outros organismos.

Em suma, acabámos de ver que há um conjunto diverso de factores que explicam o êxito e o entusiasmo posto na acção junto das formandas. Mas todos eles se reduzem a uma "regra de ouro" há muito consagrada nos manuais: escutar as formandas e ir ao encontro das suas necessidades.

6 - Considerações e sugestões finais

O modelo de formação inicialmente adoptado não sofreu alterações substanciais ao longo dos 11 anos de funcionamento. As mudanças verificaram-se sobretudo no plano dos temas tratados e na organização da acção, o que foi fruto do seu alargamento à novas áreas da DRABL e das diferentes orientações imprimidas pelas coordenadoras locais. No essencial, o modelo de formação tem-se adaptado e respondido à mudança de objectivos e contextos sócio-económicos onde se inserem as formandas.

O relativo sucesso da acção deve-se a vários factores: ao trabalho persistente de animação da coordenadora e a uma concepção flexível e adequada aos condicionalismos das mulheres rurais e ao seu interesse pelos temas; à experiência e empenho, das coordenadoras locais na dinamização do grupo; ao profissionalismo da maioria dos formadores. A estes factores acrescentamos o facto da acção ir ao encontro das necessidades sentidas pela população-alvo: aprender, conviver, sentir que alguém se lembrou delas.

Ora, atendendo aos vários factores favoráveis ao êxito desta acção, parece-nos que a eventual transposição desta acção para outras Direcções Regionais deve ser feita com cautelas e de forma progressiva.

Os resultados da acção evidenciam que se continua a justificar acções específicas para as mulheres rurais, seja através do aprofundamento de alguns

assuntos, seja da inclusão de novos temas, que reforcem e desenvolvam as suas qualificações e competências.

Finalmente, algumas sugestões. Cremos desejável:

- integrar ou, pelo menos, articular esta acção com outras medidas de política de DR e agrícola, ou mesmo com "instrumentos" de outros ministérios como o da saúde e o do ambiente.
- definir objectivos gerais e metas específicas a atingir
- adoptar, sem cair em formalismos excessivos, procedimentos usados no modelo de formação profissional do Ministério do Trabalho. Alguns exemplos: dossier com toda a informação sobre o curso, maior detalhe dos conteúdos abordados por tema, fichas de presença, elaboração de relatórios de execução, etc;
- reforçar o contributo de organismos exteriores à DRABL e estabelecer uma maior formalização nas parcerias, aumentando a responsabilização das partes;
- alargar o mais possível os potenciais beneficiários desta acção ao nível da comunidade.

Para terminar diremos que as mulheres rurais e o meio rural precisam de acções de (in)formação para o seu desenvolvimento. Estas representam um grupo importantíssimo no meio rural, e porque estão lá e de forma estável, são certamente actores privilegiados a ter em conta em qualquer processo de mudança.

Bibliografia

- RAAB, R., SWANSON, B., WENTLING, T. e CLARK, C., (1992). Améliorer la Qualité de la Formation: Guide du Formateur Pour L' Évaluation. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations. 161p.
- PEDROSO, P. (1998). Formação e Desenvolvimento Rural. Oeiras, Ed. Celta, 211 p.
- WENTLING, T. (1993). Planning for Effective Training: A Guide to Curriculum Development. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 271p.

CRISTOVÃO, A., KOEHNEN, T., PORTELA, J., (1992). Developing and Delivering Extension Programmes, *In* B. SWANSON, R. BENTZ, A. SOFRANKO (eds). Improving Agricultural Extension: A Reference Manual , Rome, FAO, pp. 57-66.

BOYLE, P. (1981). Planning Better Programs. New York, McGraw-Hill, 244p. (Adult Education Association Professional Development Series).

Agradecimentos

À equipa responsável pela execução da acção - Cremilde Marvão, Eduarda Lazaro, Júlia Ribeiro e Luisa Rodrigues, (coordenadoras locais); e ainda a Maria da Soledade, Maria de Lurdes; Maria do Céu Fidalgo; Ilda Castelhana (responsáveis pela execução da acção no Baixo Vouga) - gostaríamos de agradecer a colaboração sempre pronta e a disponibilidade no fornecimento de informação e documentação e o apoio na realização do trabalho de campo.